

Análise dos métodos e técnicas nas pesquisas da geografia eleitoral contemporânea, no Brasil

Analysis of methods and techniques in contemporary electoral geography research in Brazil

Glauber Cardoso Guimarães*, Adilar Antonio Cigolini**

*Programa de pós graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, glaubercguimaraes@gmail.com

**Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, adilar@ufpr.br

<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v60i0.90857>

Resumo

Este artigo objetiva classificar os procedimentos metodológicos utilizados por trabalhos da Geografia Eleitoral no Brasil e sugerir caminhos possíveis a novas pesquisas do campo acadêmico. Os estudos foram classificados de acordo com 4 tipologias: (i) a representação cartográfica descritiva e estatística; (ii) métodos quantitativos espaciais; (iii) comportamento individual do eleitor e (iv) lógica social do comportamento eleitoral. Foram acrescentadas as categorias: (v) estado da arte / conhecimento e (vi) outras. O artigo apresenta duas etapas: levantamento/classificação e sugestão de possíveis caminhos. Para realizar o levantamento foram feitas pesquisas no catálogo de teses e dissertações da CAPES com o termo geografia eleitoral e acrescentados os filtros temporal, a partir de 2016, e áreas de conhecimento Ciência Política e Geografia em 63 sites de periódicos da área de Geografia, na plataforma Scielo e na plataforma Google Acadêmico. O levantamento resultou em 45 trabalhos acadêmicos. Evidenciou-se que a distribuição dos estudos é igualitária entre as áreas de Ciência Política e Geografia. Há predomínio de métodos quantitativos, avaliando o recorte da Ciência Política, enquanto que em Geografia há uma distribuição semelhante das tipologias. Na segunda etapa sugerimos três possíveis rumos, com o intuito de reduzir algumas lacunas diagnosticadas: o uso de teorias que enfoquem no espaço geográfico como causalidade dos resultados eleitorais e a neurociência e os estudos sobre Guerra Híbrida. Concluímos que a diversidade de métodos é natural, em uma ciência com mais de um século de história e sugerimos uma pesquisa em anais de congressos e grupos de pesquisa, para levantamentos futuros.

Palavras-chave:

Geografia do voto, Metodologias em Geografia Eleitoral, Estado do Conhecimento.

Abstract

This article aims to classify the methodological procedures used by academic works in the field of Electoral Geography. The studies were classified according to 4 typologies: (i) descriptive and statistical cartographic representation; (ii) spatial quantitative methods; (iii) individual voter behavior and (iv) social logic of electoral behavior. The following categories were added: (v) state of the art / knowledge and (vi) others. To carry out the survey, research was carried out: in the catalog of CAPES theses and dissertations with the term electoral geography and added the filters: temporal from 2016 and areas of knowledge Political Science and Geography; in 63 websites of journals on Geography; on Scielo platform and on Google Scholar platform. The survey resulted in 45 academic papers. It was evident that the distribution of studies is egalitarian between

Political Science and Geography. There is a predominance of quantitative methods, especially evaluating the scope of Political Science, while in Geography there is a similar distribution of typologies. We conclude that the diversity of methods is natural in a science with more than a century of history and we suggest research in conference proceedings and research groups for future surveys.

Keywords:

Voting Geography, Methodologies in Electoral Geography, State of Knowledge.

I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as metodologias adotadas em estudos acadêmicos do campo da Geografia Eleitoral, no Brasil. Já com mais de um século de existência essa subdisciplina ainda é pouco explorada no país, porém com a crescente disponibilização de dados eleitorais há um aumento de produções (TERRON, 2012), portanto é profícuo fazer uma reflexão quanto aos rumos e modos de fazer a Geografia Eleitoral brasileira. Contudo, é necessário antes explicar um pouco da trajetória do campo acadêmico e seus diferentes enfoques metodológicos, indicando as obras que representam marcos dessa área.

A Geografia Eleitoral é uma subdisciplina da Geografia Política e se dedica ao estudo da influência que os modos de organização do espaço possam ter nos resultados eleitorais. Discorrendo sobre o campo de pesquisa da Geografia Eleitoral, Castro (2015) afirma,

Se para a política a democracia é forma de governo, para a geografia o foco desloca-se para os espaços onde ela efetivamente se realiza. Nesta perspectiva um amplo campo de pesquisa se estabelece. O mais antigo e consolidado na disciplina é geografia eleitoral, cujas análises podem ir da escala da urna até a escala nacional, revelando as conexões entre a política e o território, ou seja, entre demandas, conflitos, alocações públicas, sistema eleitoral e a decisão do eleitor (FIANI, 2008; MAGDALENO, 2010; JUWE, 2013, p. 24).

Terron (2012) descreve a trajetória da disciplina e suas diferentes correntes, apontando as quatro grandes linhas metodológicas: (i) a representação cartográfica descritiva e estatística de origem na escola francesa; (ii) a de métodos quantitativos espaciais fruto da Geografia teórico-quantitativa, ou do estudo ecológico, oriunda de países de língua inglesa; (iii) a do comportamento individual do eleitor como principal motivo da dinâmica eleitoral, de origem estadunidense e (iv) a corrente da lógica social do comportamento eleitoral, vinda da literatura estadunidense no bojo do movimento de contestação da Geografia Teórica, investiga os fatores comportamentais, que influenciam na decisão do voto, relacionando-os ao contexto social-geográfico em que estão inseridos. A autora descreve os enfoques na ordem em que os mesmos surgiram historicamente.

A obra pioneira do campo acadêmico data de 1913 reeditada em 1995, *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République* de André Siegfried, representando a primeira tipologia apontada por Terron (2012), onde o autor relaciona características físicas do solo e aspectos sociais com as tendências de votação no oeste da França. Siegfried utiliza método cartográfico agrupando valores por coloração ou texturas para demonstrar a distribuição espacial de votações e os compara com mapas demográficos e geológicos da França, ou seja, o autor faz comparação entre mapas e correlaciona as informações. Com esta análise concluiu que a organização social do espaço pode fornecer padrões e explicar o resultado eleitoral. Vidal de la Blache (1914) elogia esse estudo e cita a criatividade de André Siegfried ao tratar bases de dados e que “[...] um grande número de gráficos e mapas enriquecem seu texto, deve-se acrescentar que eles apenas condensam esboços mais detalhados, que ele comentou em palestras dadas no Museu Social”¹ (VIDAL DE LA BLACHE, 1914, p. 261, tradução nossa). O autor aponta que sua metodologia traz contribuição importante na análise da Geografia Política e Ciência Política, embora a tenha considerado determinista.

Alguns anos mais tarde, em 1918, a publicação do trabalho *Geography and the gerrymander* do geógrafo estadunidense Carl Sauer foi mais uma contribuição ao campo acadêmico. Sauer (1918) se dedicou ao estudo da divisão espacial de distritos eleitorais para a disputa ao Congresso dos Estados Unidos combatendo uma prática de manipulação de distritos para favorecimento de candidaturas, prática denominada *gerrymander*. De acordo com Tricky (2017) a expressão *gerrymander* é um jargão político originado no princípio do século XIX e muito utilizado nos Estados Unidos, desde que um vice governador do estado de Massachussetts de nome Elbridge Gerry modificou as circunscrições eleitorais para favorecer seu sucessor, o mapa resultante não respeitava os limites dos condados, tinha um formato sinuoso e longo, opositores denunciaram a estratégia e um chargista desenhou sobre os limites do mapa proposto por Gerry, um monstro com garras e cabeça de lagarto, se assemelhava a uma salamandra (em inglês *salamander*), logo, *gerrymander* é a aglutinação das duas palavras. Para Cunha e Martins (2017) “O autor [Sauer] demonstrou como os distritos poderiam ser organizados para que houvesse uma melhor representação do eleitorado dentro das instituições políticas, sem que ocorressem vantagens a um recorte territorial em detrimento a outros” (p. 46).

A segunda tipologia é originária do bojo do movimento de análises quantitativas que atingiu as ciências na primeira metade do século XX, denominado enfoque ecológico, que é marcadamente voltado aos métodos

¹ « un grand nombre de graphiques et de cartes enrichissent son texte, il faut ajouter qu'ils ne font que condenser des croquis plus détaillés, dont il a donné le commentaire dans des conférences faites au Musée Social. » (original em francês)

matemáticos de análise de estatística de dados eleitorais e sociais agregados. No enfoque do estudo ecológico é a obra de Herbert Tingsten, *Political Behavior* de 1937, a primeira a obter prestígio internacional. Segundo Eldersveld (1951)

Tingsten analisa a relação de sexo, idade, ocupação e residência para a votação, mas as generalizações são difíceis. É preciso reconhecer, por exemplo, conclusões de valor tão duvidoso como a de que a participação na votação é maior nas áreas urbanas do que nas rurais em muitos países, com exceção da Estônia, Bulgária, Suíça e Dinamarca (p. 77, tradução nossa).²

Eldersveld (1951) publicou um denso artigo no qual analisa as metodologias utilizadas por essa corrente metodológica, classificando em seis tipologias os métodos até então utilizados nos estudos da época: (i) estudo exploratório de hipóteses teste, onde o pesquisador propõe uma hipótese, por mero palpite, coleta e ordena informações que comprovem seu ponto de vista; (ii) estudo de caso de apuração em massa, cujo objetivo é investigar muitos aspectos de uma unidade eleitoral sem uma hipótese pré-determinada; (iii) pesquisa estatística comparativa, em que é feita uma tentativa de descrever diferenças nas tendências de comportamento eleitoral em condados, estados ou nações; (iv) estudo de tendência de hipótese única, no qual o investigador, avançando em uma única proposição ou uma interpretação de um aspecto do comportamento eleitoral, explora sua validade em um período considerável de eleições e em muitas unidades eleitorais diferentes; (v) análise fatorial de teste de hipóteses, sistematicamente organizada e perseguida, mas aplicada a uma ou algumas situações eleitorais em uma única comunidade e (vi) de tipo de dinâmica comunitária, são estudos de tabulação e registro em massa, mas também geralmente procedem com base em um conjunto definido de hipóteses, mais ou menos intimamente relacionadas. Essa linha metodológica é a mais comum em estudos de geografia eleitoral ainda hoje, sendo comum sua utilização parcial em etapas de outras correntes metodológicas. No Brasil temos exemplos de pesquisas que se utilizam de estatística espacial, econometria espacial e análise geoespacial.

A terceira e a quarta correntes se baseiam no comportamento eleitoral, a diferença é que uma se dedica a uma ênfase psicológica (individual) e outra na ênfase sociológica (coletiva). Essa corrente se dedica à perspectiva psicológica do eleitor e a primeira obra a ganhar notoriedade foi *The American Voter* em 1960 (CAMPBELL et al., 1960). O método consiste em selecionar perfis de eleitores e investigar na sua trajetória os fatores geradores dos motivos da escolha do voto na eleição presidencial estadunidense de 1956. Para os

² “Tingsten analyzes the relationship of sex, age, occupation, and residence to voting, but generalizations are difficult. One is forced to recognize, for example, findings of such dubious value as that voting participation is higher in urban than in rural areas in many countries, with the exception of Estonia, Bulgaria, Switzerland, and Denmark.” (original em inglês)

autores “A alternativa teórica do campo é medir a identificação partidária do indivíduo no momento atual, no pressuposto de que esta é uma destilação perfeita de todos os eventos da história de vida do indivíduo que suportaram a forma como ele se relaciona com um partido político”³ (CAMPBELL, 1960, p. 34, tradução nossa). Os autores usam uma metáfora do funil para explicar sua teoria, onde na abertura menor está o fator que se quer explicar, o comportamento eleitoral do indivíduo, e à medida que se vai aproximando da abertura maior se encontram diversos fatores na história das pessoas que influenciaram sua decisão. Para Campbell et al. (1960) cabe ao pesquisador percorrer o caminho do funil por quantas vezes forem necessárias para se obter os fatos relevantes para explicação. Com frequência, as pesquisas dessa linha adotam a aplicação de questionários *survey* como método, seguidos de análises cartográficas e estatísticas.

Finalmente, a quarta corrente ou enfoque social da lógica do comportamento eleitoral, defende o retorno do uso do conceito de espaço, que havia sido secundarizado até então, e expressa o papel dos agentes sociais, instituições e agências na influência do voto sobre uma área específica. A primeira obra de referência data de 1969, *The voting decision in a spatial context*, de Kevin Cox. Nessa obra Cox defende o conceito do contexto social de vizinhança. Para Johnston (1986):

A principal fonte do efeito de vizinhança hipotética na literatura da ciência espacial foi um artigo de revisão de Cox (1969c) sobre "A decisão de voto em um contexto espacial". Ele identificou o agrupamento espacial de eleitores para determinados partidos ou candidatos e sugeriu, seguindo o trabalho clássico de Hägerstrand (1967), que tais "regularidades espaciais transmitem uma forte sugestão de contágio espacial" (página 85). A partir daí, ele assumiu a existência de tal contágio e apresentou sua tarefa como um relato válido para o mesmo. Ele retratou o comportamento de voto individual como influenciado pelas informações e sugestões dominantes na área de residência do eleitor (página 97) e sugeriu que isto poderia ser contabilizado relacionando a decisão de voto dos indivíduos em sua localização em uma rede de fluxo de informações (página 112)⁴ (p. 43, tradução nossa).

A partir de mapas dos resultados eleitorais do País de Gales, Cox identificou *clusters* ou áreas independentes com um padrão aglomerado de votação em um mesmo partido. Com isso avaliou as possíveis fontes dos fluxos de informações utilizadas, pela população, na decisão do voto. Como resultado, seu estudo

³ The field theoretical alternative is to measure the individual's party identification at the current time, on the assumption that this is a perfect distillation of all events in the individual's life history that have borne upon the way in which he relates himself to a political party. (original em inglês)

⁴ The main source of the hypothesized neighborhood effect in the spatial science literature was a review article by Cox (1969c) on 'The voting decision in a spatial context'. He identified the spatial clustering of voters for particular parties or candidates and suggested, following Hägerstrand's (1967) classic work, that such 'spatial regularities convey a strong suggestion of spatial contagion' (page 85). From then on, he assumed the existence of such contagion and presented his task as providing a valid account for it. He portrayed individual voting behavior as influenced by the information and cues dominant in the voter's area of residence (page 97) and he suggested that this could be accounted for by relating the voting decision of individuals at their location in an information-flow network (page 112). (original em inglês)

demonstra uma diferença entre as áreas rurais do País de Gales, dominadas pelo partido liberal tendo como fonte de informações as igrejas contrárias ao poder da nobreza, em contraste com a zona urbana, dominada pelo partido socialista onde os sindicatos de trabalhadores das minas de carvão exerciam considerável influência no fluxo de informações (JOHNSTON, 1986). Essa corrente nasceu do movimento de contestação da Geografia teórico quantitativa e tem influência do marxismo. Os pesquisadores dessa linha costumam adotar métodos mistos, qualitativos e quantitativos, em suas análises.

Wusten e Mamadouh (2014) classificam esse campo da Geografia eleitoral como estudos de efeitos de contexto no comportamento eleitoral. Os autores consideram como marcos para essa linha os trabalhos de três pesquisadores: Kevin Cox, Ron Johnston e John Agnew. O primeiro artigo de Johnston é um capítulo do livro escrito em conjunto com Taylor, de 1979, *Geography of elections*, intitulado *Geographical influences on voting*. O foco de sua análise é nos efeitos do lugar sobre os eleitores (WUSTEN; MAMADOUH, 2014). Já Agnew ganhou destaque com a publicação de dois livros, *Place and politics: The Geographical Mediation of State and Society* de 1987 e *Place and Politics in Modern Italy* de 2002. Agnew defende uma perspectiva da atividade política a partir de uma posição como geógrafo, analisando a influência do contexto nos resultados eleitorais partindo dos lugares, mas considerando-os como unidades de uma totalidade. Para Wusten e Mamadouh (2014) “Decolando de onde Cox começou, Agnew e Johnston tomaram caminhos um pouco diferentes. No final, eles se encontram em posições não muito distantes e aparentemente bem conciliáveis, como Johnston indica ao estabelecer um ponto de vista geral que usa alguns dos principais insights de Agnew [...]”⁵ (p. 5, tradução nossa).

Nas terceira e quarta correntes há a ênfase do que ambas chamam de “contexto” influenciando no comportamento eleitoral. Contudo, enquanto o enfoque social da lógica do comportamento eleitoral ou contexto geográfico, se desenvolveu em torno do conceito de *lugar* para explicar o contexto, o enfoque do comportamento individual adota

[...] uma noção contextual mais “fraca” (O’Loughlin, 2018) comumente utilizada na ciência política em estudos sobre o efeito de vizinhança (Huckfeldt, 1986, Johnston; Pattie, 2006) e sobre a influência das redes sociais de comunicação local (Huckfeldt; Sprague, 1987), onde o “contexto” é entendido como o ambiente externo mais próximo ao indivíduo onde suas relações sociais ocorrem (ZOLNERKEVIC, 2019, p. 190).

⁵ “Taking off from where Cox started, Agnew and Johnston have taken somewhat different roads. In the end they find themselves at positions that are not very far apart and apparently well reconcilable as Johnston indicates by establishing a general viewpoint that uses some of Agnew’s main insights” (original em inglês)

Há vasta literatura em Geografia Eleitoral que atribui a essa divisão entre enfoque individual/localizado *versus* enfoque social/estrutural, sendo a principal cisma no entendimento da subdisciplina entre geógrafos e cientistas políticos.

Tal abordagem também se reflete entre os não-geógrafos que estudam os movimentos sociais que fazem uma escolha racional ou uma abordagem institucional dos atores individuais dentro dos sistemas políticos e experiências econômicas que não têm lugar (MARX; MCADAM, 1994; MCADAM et al., 1996; TARROW, 1994). Por outro lado, os geógrafos estão mais preocupados com o desenvolvimento histórico de determinados lugares e como os componentes econômicos, institucionais e sociais que se seguem estruturam a ação política (AGNEW, 1987; GRIFFITHS; JOHNSTON, 1991; JOHNSTON, 1991; SAVAGE, 1987)⁶ (FLINT, 2001, p. 145-146, tradução nossa).

Como demonstrado anteriormente, fica claro que o campo acadêmico dispôs, ao longo de sua trajetória, diversos enfoques metodológicos e uma literatura internacional ampla, abarcando análises quantitativas e qualitativas, seja por geógrafos ou cientistas políticos. Contudo, conforme aponta Terron (2012) embora a Geografia Eleitoral não seja um campo acadêmico novo há ainda poucas publicações sobre o tema no Brasil. Diante disso, investiga-se no presente estudo os procedimentos metodológicos adotados em uma amostragem de escritos do campo acadêmico no país.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

Diante da trajetória da Geografia Eleitoral, na literatura internacional, percebe-se uma grande variedade de enfoques metodológicos. Entendemos, como causa dessa diversidade, um processo natural de um ramo do conhecimento que vai, ao longo do tempo, incorporando as tendências científicas de cada momento histórico. Porém, a problemática que justifica o presente estudo se deve ao fato de que a produção acadêmica da disciplina no Brasil se deu de forma tardia, tendo o período de início da concentração de pesquisas a partir do ano de 2003 (NOGUEIRA, 2020). Como todos os enfoques metodológicos apresentados anteriormente ainda hoje são utilizados por geógrafos e cientistas políticos, se faz necessário refletir como a produção brasileira absorveu, ao mesmo tempo, procedimentos metodológicos desenvolvidos em diferentes tempos históricos.

Um levantamento do conhecimento produzido na área propicia um balanço da produção acadêmica, contribuindo para reflexões quanto ao desenvolvimento da Geografia Eleitoral no país. Com isso pode-se

⁶ Such an approach is also reflected amongst non-geographers studying social movements who take either a rational choice or institutional approach to locate individual actors within political systems and economic experiences that are placeless (Marx and McAdam, 1994; McAdam et al., 1996; Tarrow, 1994). On the other hand, geographers are more concerned about the historic development of particular places and how the ensuing economic institutional and social components of a place structure political action (Agnew, 1987; Griffiths and Johnston, 1991; Johnston, 1991; Savage, 1987). (original em inglês)

apontar os enfoques, temas mais abordados e analisar as lacunas que porventura possam existir. Sobre as pesquisas do tipo “estado da arte”, temos que:

O interesse por pesquisas que abordam “estado da arte” deriva da abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais (ROMANOWSKI & ENS, 2006, p.38-39).

As autoras prosseguem quanto a importância de pesquisas do tipo estado da arte:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI & ENS, 2006, p.39).

Para o levantamento de obras no campo da Geografia Eleitoral foram acessados 63 sites de periódicos relacionados à disciplina, sem determinação de período temporal e utilizando o termo *geografia eleitoral*. Nessa etapa foram coletados 13 artigos. Considerando a possibilidade de haver a exclusão de algum periódico, sobretudo, os relacionados à Ciência Política, foi realizado uma pesquisa na plataforma Google Acadêmico com o mesmo termo. Ignorando os resultados que já coletados o retorno foi de mais 11 obras. O mesmo procedimento foi adotado na plataforma Scielo e foram coletados mais 10 estudos. No catálogo de teses e dissertações da CAPES foi realizada pesquisa com o termo *geografia eleitoral* e acrescentados os filtros: temporal a partir de 2016 e áreas de conhecimento Ciência Política e Geografia, resultando em 19 obras. No total foram levantados 53 estudos. Após uma leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos estudos acadêmicos foram excluídas 8 obras que, embora investigassem temas relativos à Geografia Política, estudos eleitorais ou Ciência Política, não versavam propriamente sobre Geografia Eleitoral, restando 45 estudos que compõem o *corpus* de análise e estão relacionados no Quadro 1.

Quadro 1 - Relação dos estudos acadêmicos levantados no estado da arte

Autores	Ano	Tipo de documento	Área do conhecimento	Autores	Ano	Tipo de documento	Área do conhecimento
ARAÚJO; ALBUQUERQUE	2018	Artigo de periódico	Geografia	MONZÓN	2009	Artigo de periódico	Geografia
AUGUSTO; SILVA	2014	Artigo de periódico	Geografia	NAVES	2019	Dissertação	Geografia
AUGUSTO	2015	Artigo de periódico	Geografia	OLIVEIRA; NAVES	2021	Artigo de periódico	Geografia
AUGUSTO	2017	Tese	Geografia	NOGUEIRA	2020	Dissertação	Geografia
AVELAR; WALTER	2008	Artigo de periódico	Ciência Política	NOGUEIRA; CHAVEIRO; ALMADA.	2019	Artigo de periódico	Geografia
BORGES; PAULA; SILVA	2016	Artigo de periódico	Ciência Política	ROCHA	2021	Artigo de periódico	Ciências Sociais
CARVALHO; SANTOS	2015	Artigo de periódico	Economia	RODRIGUES; SANTOS; ALVES.	2014	Artigo de periódico	Geografia
CUNHA; MARTINS	2017	Artigo de periódico	Geografia	SILOTTO	2019	Artigo de periódico	Ciência Política
FAGANELLO	2017	Trabalho apresentado em Congresso	Ciência Política	SILOTTO	2016	Dissertação	Ciência Política
FAGANELLO; FERNANDES	2018	Artigo de periódico	Ciência Política	SILVA	2017	Dissertação	Geografia
FERREIRA	2020	Dissertação de mestrado	Ciência Política	SILVA; SANTOS; SILVA	2022	Artigo de periódico	Ciência Política
GELAPE	2017	Dissertação	Ciência Política	SOARES; TERRON	2008	Artigo de periódico	Ciência Política
GONÇALVES	2015	Artigo de periódico	Ciência Política	SOARES	2018	Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado Profissional	Ciência Política
GONÇALVES	2016	Dissertação	Ciência Política	SOARES	2019	Dissertação	Geografia
GONÇALVES	2021	Tese	Ciência Política	TANAKA	2018	Dissertação	Ciência Política
JUNCKES; SILVA JÚNIOR; SILVA; SILVA	2021	Artigo de periódico	Geografia	TERENCIANO	2016	Dissertação	Ciência Política
LIMA; FRAGA; SILVA	2014	Artigo de periódico	Geografia	TERRON	2009	Tese	Ciência Política
MACHADO	2022	Monografia	Geografia	TERRON; SOARES	2010	Artigo de periódico	Ciência Política
MADEIRA; SILVA; MALHEIROS	2021	Artigo de periódico	Geografia	TOLEDO JÚNIOR	2010	Artigo de periódico	Geografia
MAIA	2015	Artigo de periódico	Ciência Política	ZOLNERKEVIC	2018	Tese	Geografia
MARTINS	2019	Artigo de periódico	Geografia	ZOLNERKEVIC	2019	Artigo de periódico	Geografia
MARZAGÃO	2013	Artigo de periódico	Ciência Política	ZOLNERKEVIC; RAFFO	2013	Artigo de periódico	Geografia

(Fonte: autor 1)

Foram lidos os resumos das obras com o intuito de identificar e classificar seus procedimentos metodológicos de acordo com a classificação descrita por Terron (2012) apontado anteriormente neste artigo. Sempre que a descrição era insuficiente procedeu-se à leitura das seções dedicadas a metodologia ou à introdução nos casos em que os procedimentos metodológicos não compunham uma seção à parte. A classificação foi seguida de uma análise indicando alguns apontamentos. A seleção das obras clássicas descritas na primeira parte do presente estudo foi realizada mediante a recorrência com que os autores eram citados durante a leitura dos trabalhos acadêmicos.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente é importante frisar que a Geografia Eleitoral é uma subdisciplina compartilhada, principalmente, por dois campos do conhecimento: a Geografia Política e a Ciência Política. Toledo Junior (2007) identifica que o início dessa divisão se deu já na repercussão de sua obra pioneira, *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République* de André Siegfried. Toledo Junior (2007) relata que a obra de André Siegfried obteve uma repercussão negativa por parte da comunidade de geógrafos, inclusive por Vidal de la Blache, por considera-la inconsistente e determinista. Contudo, o estudo foi bem recebido pelos cientistas políticos da França e outros países que continuaram utilizando seu trabalho como referência. O autor complementa que “apesar de abandonado pela geografia francesa, Siegfried acaba por ser considerado o pai da ciência política francesa. A cartografia eleitoral era a principal ferramenta utilizada por Siegfried, e também um dos poucos instrumentos de trabalho dos sociólogos até o ano de 1945, quando surgem as pesquisas de opinião.” (TOLEDO JUNIOR, 2007, p. 172).

Conforme exposto no Gráfico 01 a análise dos trabalhos revelou um equilíbrio dos estudos, entre as duas áreas, com 22 obras para cada.

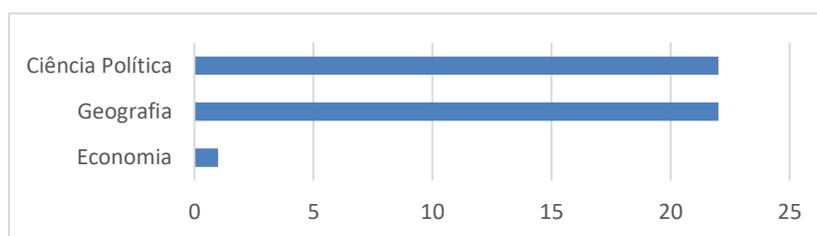


Gráfico 01- Área do conhecimento dos trabalhos acadêmicos (fonte: autor 1)

Entretanto, deve-se considerar que a seleção dos estudos privilegiou a área da Geografia ao pesquisar diretamente nos periódicos da disciplina, o mesmo procedimento não foi realizado para a Ciência Política. Sobre

os anos de publicação, o levantamento apontou as primeiras obras em 2008 e, desde então, vem apresentando um crescimento constante até o pico em 2019, seguido de uma queda em 2020 e uma recuperação em 2021, como pode-se observar no Gráfico 1.

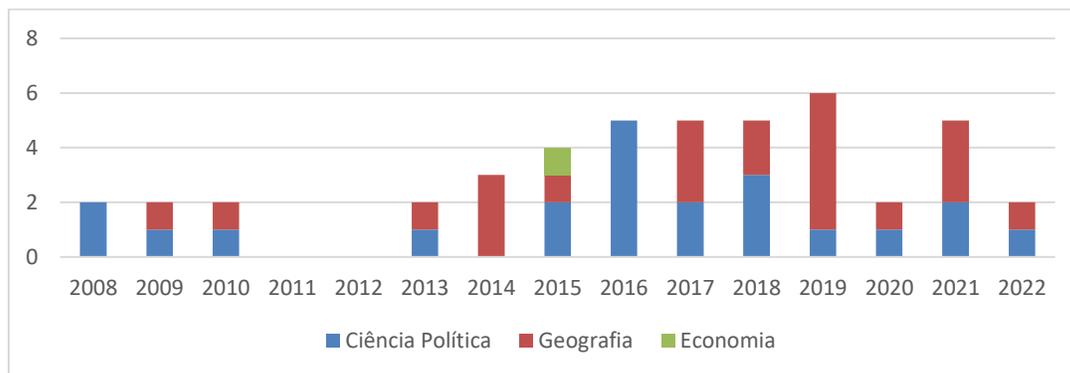


Gráfico 1 - Distribuição dos estudos por anos (fonte: autor 1)

Embora existam alguns estudos das décadas de 1970 e 1980 que tenham, de alguma forma, trabalhado com os conceitos da Geografia Eleitoral no Brasil, Toledo Junior (2007) remete à obra *Geografia Política e Geopolítica* de Wanderley Messias da Costa, de 1992, como a que primeiro levantou a discussão da Geografia Eleitoral. O mesmo autor indica que o tema reaparece uma década depois, em 2002, no grupo de pesquisa coordenado por Maria Adélia Souza que publicam a obra *Território, Lugar e Poder: A expressão territorial do voto no Ceará*. Com isso se percebe que é um campo relativamente recente no país.

Até então os estudos no Brasil se debruçavam a propor distritalizações mais adequadas para as eleições, se utilizando de métodos do enfoque ecológico. Entretanto, Nogueira (2020) aponta como início dos estudos em Geografia Eleitoral contemporânea os trabalhos de Barry Ames com o livro *Os entraves da democracia no Brasil* e do livro de Nelson Rojas de Carvalho *E no início eram as bases – Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*, ambos de 2003.

Considerando a trajetória das produções acadêmicas suspeita-se do porquê do aparecimento tardio de publicações. Sugere-se como hipótese que para o desenvolvimento da subdisciplina são necessários períodos democráticos, para que haja eleições e transparência dos dados, de modo que os pesquisadores tenham fontes para suas pesquisas. Dessa forma, os períodos ditatoriais no século XX e a disponibilização pública dos dados eleitorais pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) somente a partir de 1998 podem ter contribuído para a baixa produção acadêmica até os anos 2000.

Monzón (2009) analisa o cenário da Geografia Eleitoral na Argentina e aponta a mesma escassez de bibliografia no país, porém a autora mostra outras possíveis causas para a situação.

Não está claro porque a geografia eleitoral na Argentina tem tão poucos cientistas dedicados a este assunto. A principal dificuldade é a escassez de estruturas teóricas e a ausência de consenso sobre as técnicas a serem utilizadas para realizar um estudo eleitoral com foco geográfico que não se afaste do espaço geográfico⁷ (MONZÓN, 2009, p. 125, tradução nossa).

Concordamos com o posicionamento de Monzón (2009) sobre a variedade de enfoques metodológicos. O mesmo cenário argentino se repete no Brasil, com poucos pesquisadores seguindo diferentes métodos. Os procedimentos metodológicos foram classificados de acordo com a tipologia sugerida na primeira parte deste artigo se baseando no trabalho de Terron (2012). O resultado segue na Tabela 01.

Tabela 01 - Classificação das pesquisas de acordo com tipologia dos procedimentos metodológicos

Enfoque	Grande área		
	Ciência Política	Geografia	Economia
Cartográfico coroplético	3	5	
Estatístico de dados agregados	16	4	1
Comportamento individual		5	
Lógica social do comportamento eleitoral	2	5	
Estado da arte / conhecimento	1	1	
Outros		2	
TOTAL	22	22	1

(fonte: autor 1)

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que é pouco provável que um trabalho acadêmico se encaixe completamente em uma tipologia. A classificação aqui estabelecida leva em conta apenas uma margem de aproximação com as tipologias ideais. É importante frisar que grande parte dos autores deste levantamento assinam mais de um trabalho acadêmico, em geral, porque produziram publicações monográficas oriundas de cursos de pós-graduação seguidas por artigos de desdobramento da pesquisa, ou a sua continuidade para níveis mais elevados de pós-graduação.

Nota-se a predominância de metodologias quantitativas, sobretudo, quando se considera apenas a área da Ciência Política, onde 19 das 22 obras se utilizam de métodos cartográficos quantitativos ou, na sua maioria, análise estatística de dados agregados. A obra da área de Economia também se enquadra nesta última tipologia. Contudo, ainda há muito o que explorar nesse campo no Brasil, os “icebergs” de dados inexplorados apontado por Terron (2012) são um exemplo, assim como os erros metodológicos das pesquisas de enfoque ecológico

⁷ Es poco claro por qué la geografía electoral en el ámbito argentino tiene tan pocos científicos dedicados al tema. Se puede aludir como principal elemento de dificultad la escasez de marcos teóricos y la ausencia de consenso en las técnicas a utilizar para llevar a cabo un estudio electoral centrado en lo geográfico y que no se aleje del espacio geográfico. (original em espanhol)

com relação à dimensão geográfica das eleições brasileiras citados por Marzagão (2013). Ao discorrer sobre tais equívocos Gonçalves (2015) afirma que o uso adequado da análise geoespacial e da estatística espacial tem sido mais comum em países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos e que “em resumo: no Brasil os estudos desta área se restringem apenas a quantificação dos votos nos mapas eleitorais, sendo muito mais uma cartografia eleitoral do que análise de padrão espacial de fato” (GONÇALVES, 2015, p. 368).

Em Geografia os trabalhos são distribuídos de forma igualitária entre as tipologias propostas com uma leve baixa justamente na tipologia mais abundante em Ciência Política. Um diferencial da área é a tentativa de aplicar conceitos teóricos da disciplina, tais como território, poder e lugar, na perspectiva da Geografia Eleitoral na tipologia classificada como *outros*. Os dois trabalhos dessa categoria são ensaios que propõem o uso de conceitos para análises em Geografia Eleitoral. Tanto em Ciência Política quanto em Geografia surge um estudo do tipo estado da arte/conhecimento, porém o trabalho de Ciência Política versa sobre métodos voltados ao viés teórico estatístico quantitativo, enquanto o de Geografia advoga pelo modelo da análise sistêmica enquadrada no enfoque do comportamento individual ou behaviorista.

Em um interessante artigo, Azevedo (2023) realiza uma revisão narrativa de literatura para analisar a produção nacional em Geografia Eleitoral comparando-a com a internacional. Azevedo (2023) desenvolve uma profícua análise das obras de sua revisão, cujos títulos, ainda que obtidos por uma metodologia diversa da do presente estudo, correspondem a vários trabalhos que aqui também foram analisados. Diferentemente deste estudo, que se limita à descrição dos métodos utilizados na produção acadêmica nacional, Azevedo (2023) faz uma abordagem mais ampla, discutindo as bases teóricas que mobilizam os pesquisadores do campo. Uma das grandes contribuições de seu artigo se deve à reflexão da dicotomia da visão do papel do espaço geográfico como efeito composicional *versus* o enfoque do efeito contextual que, em grande medida, explicam os posicionamentos tomados por geógrafos e cientistas políticos. A grosso modo, os defensores do primeiro grupo entendem que as diferenças nos padrões espaciais de votação se devem ao perfil das pessoas que habitam essas áreas, enquanto os adeptos do segundo grupo creditam ao contexto social dos lugares a influência sobre seus habitantes (AZEVEDO, 2023). O autor concluiu que, na literatura nacional, há uma lacuna em pesquisas que abordam o espaço como efeito contextual e acredita que tal fato se deve a pouca participação de geógrafos nas pesquisas da subdisciplina.

Através da leitura dos estudos percebe-se que alguns dos trabalhos compreendem a análise eleitoral focada no espaço não como uma disciplina independente com arcabouço teórico e metodológico, mas sim como

o resultado de um procedimento metodológico, normalmente relacionado ao mapeamento de votos. Nesses casos os autores costumam utilizar o termo *geografia do voto*: “[...] Em seguida, serão confrontadas a ‘geografia do voto’ e as trajetórias de carreira de cada deputado metropolitano, no sentido de avaliar a relação lógica entre esses aspectos” (ROCHA, 2021, p. 587). Também há casos em que tal termo é usado como uma designação de um método quantitativo dentro da subdisciplina: “A geografia do voto funciona como método de quantificação e se propõe a realizar o ‘mapeamento dos votos e sua análise espacial’ (Pereira, 2014, p.46). Ela está inserida como uma parte da Geografia Eleitoral [...]” (NOGUEIRA, B. A.; CHAVEIRO, E. F.; ALMEIDA, M. G., 2020, p. 596). Porém, ressalta-se que na maior parte dos trabalhos acadêmicos os termos *geografia eleitoral* e *geografia do voto* são tratados como sinônimos e ambos são entendidos como uma área de conhecimento à parte.

Conforme se demonstrou em diversos trabalhos consultados (AZEVEDO, 2023; GONÇALVES, 2021; TERRON, 2012), há lacunas entre a produção acadêmica nacional comparada à internacional, há sub-representação de geógrafos nas fileiras da Geografia Eleitoral e um atraso quanto a abordagens temáticas caras aos tempos atuais, como a conexão entre resultados eleitorais e uso de redes sociais. Assim sendo, para além de apontar os vazios demonstrados pelas pesquisas, sugerimos possíveis caminhos que podem ser trabalhados em pesquisas futuras que podem atenuar esse distanciamento⁸.

Há muito o que se aprofundar com relação à adoção do arcabouço teórico conceitual da Geografia nas análises em Geografia Eleitoral, trazendo à tona o papel do espaço geográfico como fator dominante nas explicações e teorizações, e não apenas como o cenário em que se delimitam e se segregam os padrões de votação. Independentemente do método da pesquisa, análises que contemplem conceitos já há muito trabalhados na subdisciplina, tais como: o efeito amigos e vizinhos, localismo, efeito vizinhança etc., podem ser mais adotadas em conjunto com a bagagem teórica das várias escolas de pensamento. A análise da organização e distribuição espacial dos partidos políticos, dos usos das novas tecnologias, da relação de demandas sociais e temáticas localizadas e resultados eleitorais nessas localizações também são temas pertinentes. Outros aspectos, como os relacionados a arquitetura da Federação Brasileira, questões legais que incidem sobre os partidos políticos, características sociais, raciais, religiosas e de gênero são aspectos relevantes para a área. Dessa forma se poderia atingir o que Azevedo (2023) denomina por Geografia Eleitoral forte, ou seja, onde se posiciona o espaço geográfico como efeito de causalidade.

⁸ Agradecemos às valiosas contribuições do parecerista anônimo que fez estes apontamentos, indicando os novos campos de estudos eleitorais ainda escassos na Geografia Eleitoral.

Propomos ainda uma possibilidade de incremento às quatro correntes clássicas definidas por Terron (2012) e descritas na primeira parte deste estudo, como forma de atualizar o debate, adotando mais duas linhas de investigação que vêm tomando corpo nas duas últimas décadas em Ciência Política e que ainda são pouco exploradas em Geografia Eleitoral: a Neuropolítica e a Guerra Híbrida.

Segundo Lavareda (2011), a Neuropolítica é um ramo de estudos que se dedica a investigar os processos não racionais que levam os indivíduos a tomarem decisões políticas. Seus métodos envolvem o uso de equipamentos médicos especializados que monitoram as atividades cerebrais, aplicados a grupos de pessoas que são expostas a estímulos de natureza eleitoral, como fotos de candidatos, bandeiras partidárias entre outros. A Neuropolítica se mostra um caminho interessante pois, embora se pauta na esfera individual, se afasta de explicações ancoradas em ações tomadas seguindo uma racionalidade absoluta. De modo que seria um rico aporte às pesquisas sobre os impactos de campanhas políticas, a motivação que leva ao padrão de votação em diferentes regiões ou mesmo para compreender os momentos de polarização ideológica. Uma obra que ganhou grande notoriedade no campo da Neuropolítica é o livro *The Political Mind*, de George Lakoff, publicado em 2009.

O Conceito de Guerra Híbrida já vem sendo trabalhado em Geografia e Ciência Políticas, contudo há ainda um vazio do tema em Geografia Eleitoral. Elaborado desde 1998 pelo teórico estadunidense Robert G. Walker e popularizado a partir de 2007 com a publicação de *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars*, de Frank Hoffman, o conceito de Guerra Híbrida é uma adaptação de teorizações geopolíticas, de ciência política e estudos militares para o novo cenário global que se desenhou a partir da queda do muro de Berlim e vem se consolidando no século XXI (COSTA; TEIXEIRA, 2021). A Guerra Híbrida explica como são travados os conflitos atualmente, nos quais os Estados não detêm mais o monopólio da força militar e se vê salteado por grupos paramilitares em insurgências, muitas vezes, operadas a distância por seus oponentes, se utilizando, inclusive, de uma guerra informacional, notadamente, do uso de redes sociais. Segundo Costa e Teixeira (2021) “a lógica proposta pela Guerra Híbrida se encaixa perfeitamente nessa realidade [da guerra informacional], na qual as redes sociais, podem substituir o papel de bombas e balas, visando a assimilação e integração e não a destruição do alvo”. Dessa forma, este pode ser um caminho interessante para abarcar a problemática do uso de redes sociais em eleições. Sobretudo quando mescladas a metodologias próprias como: netnografia, webmetria, análise de conteúdo e de redes sociais (BERNARDES et al., 2022).

IV. CONCLUSÕES

Embora o campo acadêmico ainda seja pouco explorado, o levantamento dos procedimentos metodológicos em Geografia Eleitoral revelou uma diversidade de tipologias que são adotadas pelos pesquisadores brasileiros, sobretudo, da área da Geografia onde há uma distribuição igualitária com relação ao uso de diferentes metodologias, enquanto na Ciência Política há um predomínio de metodologias quantitativas. Entendemos que esse cenário é um movimento natural para uma disciplina com mais de cem anos de existência, haja visto que, frequentemente, as ciências acabam absorvendo as tendências de cada tempo histórico e as incorpora no seu arcabouço teórico-metodológico sob a forma de diferentes correntes de pensamento.

Entendemos que o campo de pesquisa em Geografia Eleitoral é ainda pouco ocupado por geógrafos, fato que propicia um afastamento de conceituações do espaço geográfico como fator causal dos padrões eleitorais. Esperamos que as indicações de percursos para investigações possam contribuir para os estudos de pesquisadores em Geografia Eleitoral.

Sugerimos, para futuros levantamentos de procedimentos metodológicos em Geografia Eleitoral, que se considere como fontes igualmente imprescindíveis, os periódicos de Geografia e de Ciência Política. Pois ambas as áreas produzem importantes contribuições para a Geografia Eleitoral. Além disso, é importante recorrer aos trabalhos publicados em anais de congressos e de grupos de pesquisa, pois dada a incipiência de estudos na área, é possível que seja nesses ambientes que se poderão encontrar mais publicações. Pois tendo em vista que esse tipo de publicação exige condições mais simplificadas para submissão se comparadas a publicações monográficas ou artigos, pesquisadores podem publicar recortes de sua pesquisa mesmo que ainda não tenham concluído seu estudo.

V. REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, D. A. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. *Geosp*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 1–25, ago. 2023.
- BERNARDES, A. et al. Netnografia e análise de redes sociais: metodologias de pesquisa para o entendimento da fragmentação socioespacial. In: GÓES, E. M.; MELAZZO, E. S. (orgs). *Metodologias de pesquisa em estudos urbanos: Procedimentos, instrumentos e operacionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 452. Cap. 7, p. 233-274.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. *The American Voter*. 1 ed. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1960. 573 p.
- CASTRO, I. E. Entre a política e a nova agenda da geografia. *Revista Continentes, Seropédica*, ano 4, n. 7, p. 9-35, 2015.

- COSTA, L. M.; TEIXEIRA, V. M. O que é guerra híbrida? uma análise da geopolítica no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. 14, 2021, Online, Anais... Online, ANPEGE, out. 2021. Não paginado. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA157_ID134016112021132410.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024
- CUNHA, R. B.; MARTINS, C. A. A. Geografia eleitoral: uma revisão e possíveis caminhos. Raega, Curitiba, v.39, p. 43 -56, abr. 2017.
- ELDERSVERD, S. J. Theory and Method in Voting Behavior Research. The Journal of Politics, Chicago, v. 13, n. 1, p. 70-87, feb., 1951.
- FLINT, C. Electoral geography and the social construction of space: The example of the Nazi party in Baden, 1924-1932. GeoJournal, [s.l.], v. 51, n. 3, p. 145-156, 2001.
- GONÇALVES, R. D. Eleições mapeadas: como se infere sobre a dimensão geográfica das eleições presidenciais brasileiras? Revista Eletrônica de Ciência Política, Curitiba, v. 6, n. 2, 2015.
- GONÇALVES, R. D. Geografia eleitoral: tendências e indicações para o desenvolvimento da ciência política. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) — Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.
- JOHNSTON, R. J. The neighbourhood effect revisited: spatial science or political regionalism? Society and Space, Sheffield, v. 4, p. 41-55, 1986.
- LAVAREDA, A. Neuropolítica: o papel das emoções. Revista USP, v. n. 90, p. 120–146, ago. 2011.
- MARZAGÃO, T. A dimensão geográfica das eleições brasileiras. Opinião Pública, Campinas, v. 19, n. 2, p. 270-290, nov. 2013.
- MONZÓN, N. B. Geografía electoral: consideraciones teóricas para el caso argentino. Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana De Geografía, Bogotá, n. 18, p. 119-128, 2009.
- NOGUEIRA, B. A. Geografia Eleitoral e identidade: um estudo de caso da zona norte de Goiânia. 2020. 77 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.
- NOGUEIRA, B. A.; CHAVEIRO, E. F.; ALMEIDA, M. G. Identidade e voto: a relação entre candidato e seu território de influência. Espaço e Geografia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 591-608, 2019.
- ROCHA, C. V. “Conexão Eleitoral”, geografia do voto e produção legislativa: um estudo de caso. Cad. Metrop., São Paulo, v. 23, n. 51, pp. 581-603, mai./ago. 2021.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em educação. Diálogo Educacional, Curitiba, v.6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.
- SAUER, C. O. Geography and the Gerrymander. American Political Science association. Cambridge, v. 12, n. 3, p. 403-426, aug. 1918.
- TERRON, S. Geografia Eleitoral em foco. Em Debate, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 8-18, mai. 2012.
- TOLEDO JUNIOR, R. O lugar e as eleições: a expressão territorial do voto no Brasil. GeoTextos, Salvador, v. 3, n. 1 e 2, p. 171-183, 2007.
- TRICKY, E. Where did the term “Gerrymander” come from? Smithsonian, Online, Washington, July 20, 2017.

History, não paginado. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/where-did-term-gerry-mander-come-180964118/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Tableau politique de la France de l'Ouest. Annales de Géographie. Lyon, t. 23, n° 129, p. 261-264, 1914.

WUSTEN, H. V. D.; MAMADOUH, V. "It is the Context, Stupid!". Or is it? British-American contributions to Electoral Geography since the 1960s. L'espace Politique, Reims, v. 2, n. 23, p. 1-14, 2014.

ZOLNERKEVIC, A. Contexto social de vizinhança: percepções políticas na cidade de São Paulo. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 29, p. 189-222, mai/ago 2019.
